

18/12/2014

APEOESP

60

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

Em audiência pública na ALESP, a APEOESP cobra soluções para as demandas da categoria

A APEOESP participou da audiência pública que a Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa (Alesp) realizou na tarde desta quarta-feira, 17/12, para prestação de contas da gestão do Secretário da Educação, Herman Voorwald. Houve grande presença de professores e professoras, organizados pelo nosso Sindicato, que na parte da manhã realizara uma webconferência para debate sobre a escola de tempo integral. A íntegra está disponível no portal da APEOESP (www.apeoesp.org.br).

Na audiência, após a exposição inicial do Secretário, a Presidenta da APEOESP, Maria Izabel Azevedo Noronha (Bebel), fez diversos questionamentos, com base na pauta de reivindicações da categoria e dos problemas que vem ocorrendo na rede estadual de ensino.

Cobrou, por exemplo, a implantação de uma política salarial que reponha as perdas salariais e reafirmou a luta pelo aumento de 75,33%, rumo

ao piso do DIEESE por jornada de 20 horas. Nossa categoria tem a menor remuneração entre todas as profissões com formação de nível superior e o índice apontando é necessário para a equiparação salarial.

Ela lembrou ao Secretário e aos presentes que a política salarial implementada pelo atual governo não repôs as perdas salariais e, entretanto, terminou em 2014. “Para 2015 a perspectiva é de reajuste zero, e isso não vamos aceitar”, disse ela, informando que a categoria já prepara uma greve para o início do ano letivo, em busca do necessário aumento salarial.

Disse ainda a Presidenta da APEOESP que “Os professores das escolas de tempo integral recebem 75% a mais que nós, professores das escolas regulares. Isto é o reconhecimento de que, para que a escola funcione bem, é necessário esse percentual de reajuste”. E continuou ainda: “Já está nesta casa projeto de lei que reajusta o salário do governador, do vice-governador e dos secretários de Estado. Nós também queremos reajuste. Senão, iremos à greve”.

A Presidenta da APEOESP voltou também a cobrar a implantação da jornada do piso, lembrando que há ação da APEOESP no Supremo Tribunal Federal (STF), que aguarda definição para entrar na pauta do Tribunal.

Bebel cobrou mais uma vez o Secretário soluções para a situação precária dos professores da categoria O, que não tem direitos assegurados e, ainda, têm que cumprir um afastamento de 200 dias entre um contrato e outro, enquanto faltam professores nas escolas. Defendeu que, emergencialmente, seja aplicada a quarentena para todos e que possam participar da atribuição de aulas, mas insistiu que a solução passa por uma nova forma de contratação de professores temporários, que assegure direitos e dignidade ao exercício da profissão docente. Para a Presidenta do nosso Sindicato, a precarização do professor também influi na prática pedagógica, “pois o professor, assim como o médico acompanha o paciente, tem de acompanhar seus alunos, mas não consegue, pois tem de cumprir a duzentena. Nós lidamos com seres humanos, não com coisas”. Na sequência, cobrou do secretário a convocação dos 20 mil professores aprovados em concurso e que ainda não foram chamados.

Além disso, insistiu também que a resolução de atribuição garanta o direito de escolha dos professores e alertou a SEE, mais uma vez, que ingressou com ação judicial neste sentido. Também reivindicou que se garanta a todos os professores, na atribuição, a possibilidade de se optar por atuar em projetos e programas da Pasta, para a constituição de jornada.

A presidenta da APEOESP denunciou o fechamento de salas de aula, especialmente no período noturno, apresentando uma lista de escolas da Capital e do Interior que estão nesta situação. Assinalou que há casos pontuais que vem sendo resolvidos em interlocução sua com o Secretário da Educação, como recentemente ocorreu em relação à EE Zulmira de Oliveira, em Itapeva, mas a situação está generalizada em todo o estado. É necessário que as subsedes continuem informando todos os casos por meio do endereço eletrônico presiden@apeoesp.org.br.

Além disso, fez uma séria crítica à escola de tempo integral do governo. *“Por incrível que pareça, somos obrigados a fazer enfrentamento contra a escola de tempo integral, por causa do tipo de projeto que vem sendo implantado. Não queremos uma escola onde o professor é removido ex-officio, onde a adesão ao projeto por parte do corpo docente, dos pais e dos alunos não acontece na prática, são impostas por dirigentes autoritários”*. Para ela, ainda, é necessário se repensar a escola de tempo integral, no sentido de uma educação integrada, que não se limite a ampliar o tempo de permanência do aluno na escola.

Ela lembrou ainda os problemas que vêm acontecendo com a constante negativa, por parte dos médicos da SEE, a conceder licenças médicas aos professores. *“Conheço uma professora que está com câncer e que foi obrigada a retornar à sala de aula. O professor está trabalhando doente. Isto é uma questão de direito à vida, que está sendo negado”*. Voltou a cobrar, ainda, a agilização dos processos de aposentadorias, que continuam demorando ainda muito tempo nas diretorias de ensino e na SPPREV, prejudicando os professores.

Durante a audiência também foram cobradas soluções para problemas como as escolas padrão Nakamura (escolas de lata), remoção, falta de materiais nas escolas e outros.

Em sua fala final, o Secretário não ofereceu respostas concretas a boa parte das questões colocadas. Informou que estão sendo viabilizadas reformas nas escolas de lata para oferecer “conforto térmico” aos professores e estudantes, pois nem sempre consegue autorização ou terreno para construir escola de alvenaria na mesma região. Informou também que haverá concurso de remoção em 2015. Muitas outras questões o Secretário remeteu para a próxima gestão.

A APEOESP e os professores mantêm-se atentos e mobilizados. Sabemos que sem luta não há conquistas. Sem perspectivas de reajuste salarial e sem soluções para os problemas que afetam os professores e a escola pública estadual, vamos à greve!